



POLÍTICAS TERRITORIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS: SUJEITOS, AÇÕES E CONTRADIÇÕES¹

Isaque dos Santos Sousa ²
Susane Patrícia Melo de Lima ³
Marcos Castro de Lima ⁴

RESUMO

O presente trabalho assenta-se na análise da Região Metropolitana de Manaus/RMM e tem como marco analítico inicial o ano de 2007, quando esta RM emerge como uma região legal, institucionalizada política e juridicamente, entretanto, com uma realidade espacial que não contempla a conurbação; as áreas urbanas dos municípios do entorno da metrópole, apresentam-se como inexpressivas, baixa integração e rarefeitas dinâmicas econômicas, sociais e culturais, quando comparadas com Manaus. Destarte, o principal objetivo foi observar a participação do Estado e do capital nas dinâmicas espaciais, bem como, os sujeitos que operam na formação desta região. Considerou-se discutir o processo de metropolização em desenvolvimento na Amazônia Brasileira, as dinâmicas e ações a ele associadas, como condição meio e produto da lógica homogeneizadora que busca padronizar os espaços sob égide do capitalismo, com suas contradições. A abordagem é de cunho histórico-crítico-dialética, que considera o objeto em constante metamorfose no tempo e no espaço, que o material e o imaterial produzem e reproduzem, por intermédio da relação espaço-tempo-técnica, a reestruturação espacial no recorte, evidenciando a metropolização como produto e produtora da nova racionalidade espacial; e Manaus destacando-se com as características metropolitanas, enquanto seu entorno não é metropolizado, expressando assim um território fragmentado, não coeso e disperso social e espacialmente.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Manaus, Políticas territoriais, Reestruturação espacial.

¹ Trabalho resultante das pesquisas realizadas no âmbito dos projetos de pesquisa intitulados: “*Região Metropolitana de Manaus e reestruturação produtiva na pandemia de coronavírus*” (Projeto de Produtividade Acadêmica/UEA/GPA/2021-2023) e, “*Difusão da metrópole e metropolização: monitoramento e análise das dinâmicas e reestruturações espaciais a partir da Região Metropolitana de Manaus*” (Projeto 408275/2018-9, CNPq).

² Doutor em Geografia, docente da Universidade do Estado do Amazonas, Docente do Mestrado Profissional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos/Profágua/UEA e pesquisador do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/Npur/CNPq/UEA.

³ Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas/PPGGeo-UFAM. Mestre em Geografia, docente da Universidade do Estado do Amazonas e pesquisador do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/Npur/CNPq/UEA

⁴ Doutor em Geografia, docente da Universidade Federal do Amazonas/UFAM, docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas/PPGGeo/UFAM e pesquisador do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/Npur/CNPq/UEA.



RESUMEN

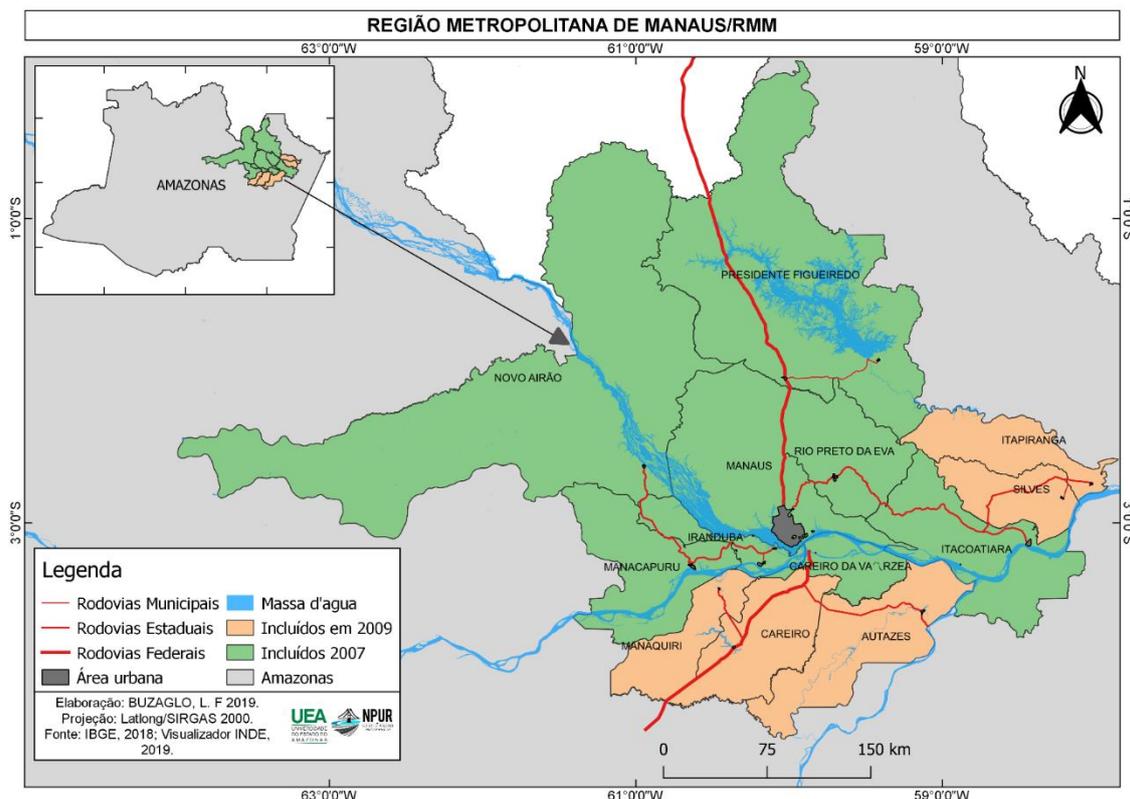
El presente trabajo se basa en el análisis de la Región Metropolitana de Manaus / RMM y tiene como marco analítico inicial el año 2007, cuando esta RM emerge como una región jurídica, institucionalizada política y legalmente, sin embargo, con una realidad espacial que no incluir la conurbación; las áreas urbanas de las ciudades aledañas a la metrópoli se presentan como inexpresivas, con baja integración y dinámicas económicas, sociales y culturales enrarecidas, en comparación con Manaus. Así, el objetivo principal fue observar la participación del Estado y el capital en la dinámica espacial, así como de los sujetos que operan en la formación de esta región. Se consideró discutir el proceso de metropolización en desarrollo en la Amazonía brasileña, las dinámicas y acciones asociadas a él, como condición de medios y producto de la lógica homogeneizadora que busca estandarizar espacios bajo la égida del capitalismo, con sus contradicciones. El enfoque es de carácter histórico-crítico-dialéctico, que considera el objeto en constante metamorfosis en el tiempo y el espacio, que lo material y lo inmaterial producen y reproducen, a través de la relación espacio-tiempo-técnica, la reestructuración espacial en el corte, mostrar la metropolización como producto y productor de la nueva racionalidad espacial; y Manaus destacando por sus características metropolitanas, mientras que su entorno no está metropolizado, expresando así un territorio fragmentado, no cohesionado y social y espacialmente disperso.

Palabras clave: Región Metropolitana de Manaus, Políticas Territoriales, Reestructuración Territorial.

INTRODUÇÃO

A cidade de Manaus, a partir da instalação da Zona Franca na década de 1960, passou a vivenciar um processo de crescimento urbano acelerado, destacando-se, logo em seguida, como cidade primaz na Amazônia brasileira. Articulando-se em uma rede de escala internacional, Manaus já exercia a função de atração de fluxos diversos, mesmo antes disso, isto é, no período da economia gomífera, que teve seu auge entre os anos de 1890 a 1913. No entanto, foi com o crescimento demográfico, acompanhado de uma urbanização que se espraiava pelo território e amplia a mancha urbana, que se consolidou como referência na rede urbana regional; portanto, na segunda metade do século 20, e sob a influência de um modelo industrial incentivado, o qual se realizou enquanto projeto de desenvolvimento regional e integração nacional.

Desse modo, a cidade cresceu e a metrópole se erigiu, com diferentes processos espaciais e os problemas no urbano se multiplicaram. O planejamento e a gestão do espaço urbano tornaram-se mais desafiadores e a necessidade de investimentos em infraestrutura urbana e a instalação de equipamentos de uso coletivo, cada vez mais demandados, a fim de atender a sociedade urbana.



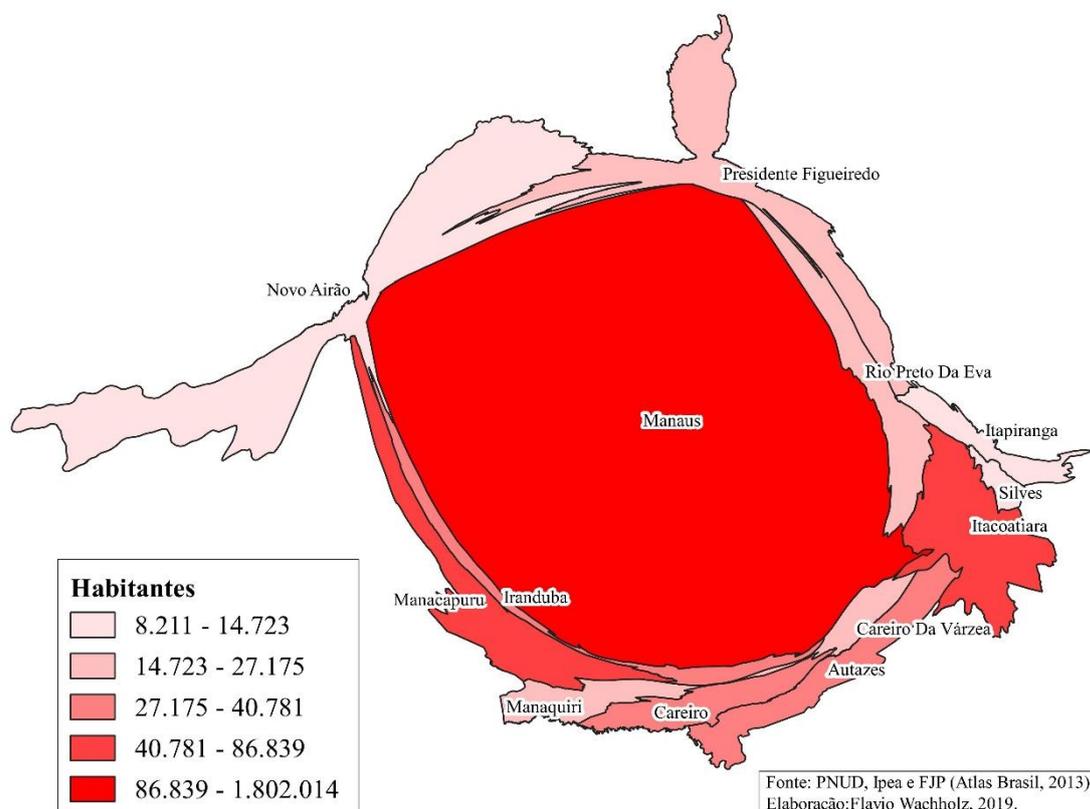
Em 2007, quando instituída por lei, a Região Metropolitana de Manaus/RMM emerge como uma região legal, institucionalizada política e juridicamente, entretanto não condizente com a realidade espacial, visto que nela não se contempla elementos presentes em outras regiões metropolitanas, como a conurbação e, especialmente, porque as áreas urbanas dos demais municípios integrantes são inexpressivas, em termos de tamanho e dinâmicas econômicas, sociais e culturais, quando comparadas com a cidade principal. Contudo, ao instituir a região metropolitana, dá-se início a profundas mudanças no território, pois as novas destinações e usos da terra instauram fluxos e articulações antes não existentes, demandam serviços e infraestruturas diversas. Até que ponto e de que forma a gestão política tem controle sobre estas ações? Como as atividades econômico-financeiras se estabelecem? Os novos fluxos e relações são geradores de desenvolvimento urbano e regional?

Concentrando metade da população do Amazonas e aproximadamente 80% da economia estadual, Manaus exerce um papel de centralidade para a região Norte brasileira. Vale salientar que esses eventos, metrópole sem região e regiões metropolitanas sem metrópole tornaram-se realidade no contexto brasileiro a partir da



Constituição Federal (1988) que, em seu artigo 25, transferiu às Unidades Federadas a autonomia para a institucionalização de regiões metropolitanas.

RMM – POPULAÇÃO (2010) – ANAMORFOSE



As “diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas” somente foram estabelecidas na Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, também denominada Estatuto da MetrÓpole; esta lei, específica para as RM’s, isto é, visando o planejamento e gestão das áreas urbanas com “funções públicas de interesse comum” é o principal instrumento político-administrativo que orienta as ações do Estado na instituição das políticas territoriais, bem como indica a participação e papel dos diferentes agentes na governança da metropolitana. Refletindo, portanto, a importância da participação dos diferentes setores da sociedade civil no processo de gestão do espaço metropolitano, considerando que os problemas territoriais (fundiários, ambiental e, essencialmente, sociais) estão costumeiramente presentes em tais recortes.

Para além das críticas e contestações que podem ser feitas à maneira como fora institucionalizada a RMM ou, ainda, sobre as particularidades e especificidades que se



destacam e caracterizam o espaço urbano-regional, considera-se fundamental discutir e compreender o processo de metropolização em desenvolvimento na Amazônia brasileira, bem como as dinâmicas e ações a ele associadas, as quais, enquanto condição, meio e produto imprimem um ritmo e uma lógica que busca padronizar os espaços e homogeneizar as relações, permitindo assim, maior interação espacial e fluidez das relações e do capital.

Nesse sentido, pretende-se neste trabalho refletir sobre o processo de metropolização na Região Metropolitana de Manaus observando-se a participação do Estado e do capital, nas dinâmicas espaciais que conformam essa região em formação. Para tanto, algumas informações e temas apresentados em trabalhos anteriores são aqui resgatados, pois se objetiva também aprofundar as reflexões contribuindo para o debate acerca desse tema. O primeiro (Estado) enquanto agente produtor do espaço e regulador das ações e práticas dos demais agentes e sujeitos; o segundo (o capital), enquanto meio de produção apropriado por uma pequena parcela da população, que expropria a maioria e reproduz as desigualdades e as contradições (SOUSA, 2015).

Espera-se também apontar como ocorre o processo de metropolização na RMM e qual é a forma metropolitana que se observa, considerando o contexto de urbanização e metropolização que se configura na Amazônia ocidental brasileira. A instalação das redes materiais, especialmente, e de toda infraestrutura, as quais possibilitam as condições gerais de produção e, a emergência dos novos comércios e serviços, cooperam para a reestruturação produtiva do espaço e para a expressão territorial das dinâmicas metropolitanas.

METODOLOGIA

As análises postas neste trabalho consideram as dinâmicas econômicas e sociais, influenciadas pelas políticas territoriais, expressas no espaço urbano-regional e estão assentadas à luz de uma abordagem histórico-crítico-dialética (SPOSITO, 2000; 2004), fundamentada no materialismo histórico dialético, visto caracterizar-se pela investigação das contradições evidenciadas, e ainda, pela busca da interpretação dos fenômenos a partir do entendimento de que o objeto analisado está em constante mudança, em constante transformação no tempo e no espaço, por considerar a construção material e imaterial como produto da própria sociedade que a produz. Coadunam-se nesta perspectiva



metodológica, a relação espaço-tempo-técnica (SANTOS, 1999), posto que o espaço em transformação, em dado período histórico, é produto também das técnicas utilizadas neste tempo, pela sociedade que produz sempre novas racionalidades espaciais, logo um constante devir.

Caracterizada como incomum, pela ausência de características metropolitanas, a RMM tem sido foco de análises que apontam desde a sua dimensão territorial superlativa, até as relações mais complexas que se imbricam para dar ênfase ao processo de metropolização do espaço. As características metropolitanas são compreendidas a partir do entendimento de que a metropolização imprime e exprime, dialeticamente, marcas metropolitanas ao território, alterando estruturas pré-existentes, seja na metrópole ou não, são estas: a grande intensidade de fluxos de pessoas, mercadorias e capitais; o crescimento das atividades de serviços e de cada vez maior demanda do trabalho imaterial; a concentração de atividades de gestão e administração; a cada vez maior utilização de tecnologias de informação e comunicação; a grande variedade de atividades econômicas, com maior concentração de serviços de ordem superior; a exacerbação da associação entre o capital financeiro, promotores imobiliários e da indústria da construção; a produção de um modo de viver e de consumo que se espelha no perfil da metrópole, como nos expôs Lencioni (2003; 2006; 2013).

Partilha-se também do entendimento de que a metropolização do espaço se manifesta nos ajustes do território às necessidades de reprodução do capital, o ajuste espacial mencionado por Harvey (2011) e que inclui inclusive novas concepções mentais. As operações imobiliárias e a reestruturação produtiva do território segundo aponta (MATTOS, 2000) são bases para essa análise, considerando aqui as transformações sócio-territoriais, resultando em novas paisagens urbanas.

Os procedimentos analíticos e de reflexão partem da observação e contextualização de iniciativas do Estado e do capital como influenciando na produção do espaço urbano regional, como a própria instituição da RMM (2007), a construção da ponte de Rio Negro (2011), a duplicação da Rodovia AM-070 (2013-presente) e outras iniciativas que combinam ações dos agentes produtores do espaço, resultando em valorização da terra, na expansão de um mercado imobiliário e, incorporando novos lotes a serem disponibilizados para negociação; compreendendo assim, decisões propiciadoras do processo de metropolização. Por fim, registra-se que as narrativas e análises expostas neste trabalho têm, além da metrópole Manaus, os municípios de Iranduba e Manacapuru



como espaços de observação empírica e dados são oriundos dos trabalhos e levantamentos de campo, bem como de fontes secundárias disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

REFERENCIAL TEÓRICO

Sujeitos, ações e contradições na produção do espaço

O espaço geográfico é produto das relações sociais e reflete a sociedade que o produz, de maneira que se nos apresenta de modo desigual, hierárquico e contraditório, conforme aponta Lefebvre (2001). As desigualdades espaciais podem ser consideradas inclusive pelos aspectos fisiográficos, pois os fenômenos naturais não costumam atingir todos os lugares ao mesmo tempo, embora tenham relações ou articulações entre eles; os eventos sociais, por sua vez, também seguem ritmos e intensidades distintas, resultando assim na hierarquização de fatos, na sucessão de acontecimentos, sem todavia aqui considerar uma sequência linear da história.

As contradições emergentes e expressas na sociedade-espaço perpassam temas e questões que dialogam ou se coadunam, considerando interesses e disputas promovidas pelos próprios sujeitos envolvidos no processo de produção do espaço, da vida, do cotidiano, do devir. Enquanto produto da sociedade o espaço é dotado de valores (de uso, de troca) que podem ser traduzidos pela relação que os sujeitos estabelecem com o recorte espacial ou com os objetos nele identificados, significados. Assim, é possível compreender porque determinados recortes espaciais, passam por valorização ou são desvalorizados, dependendo dos processos envolvidos, dos interesses e ações dos sujeitos ali presentes, bem como dos recursos disponíveis e da modernização tecnológica empregada.

Dentre os diferentes agentes produtores do espaço, o Estado, isto é, o poder público estabelecido e suas diversas ramificações, representa a mais importante parcela de influência no processo, pois é agente produtor e ao mesmo tempo agente regulador, responsável por estabelecer as normas de uso e ocupação do espaço, ou seja, ação dos demais agentes, bem por intermediar os conflitos e disputas entre os demais agentes produtores do espaço. Neste triplo papel desempenhado, o Estado estabelece uma intensa



relação de complementaridade com o capital, criando normas que legitimam, juridicamente, a exploração capitalista, os processos de apropriação e expropriação de bens e recursos etc.

Apreende-se que a confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade dialética entre esses dois complexos centrais – Estado e capital – demonstram que, enquanto modo de controle singular, o capital não pode funcionar, sob a base do seu imperativo estrutural, *sem uma estrutura de comando política* adequada que vai até onde a ação corretiva ajusta-se aos últimos limites sociometabólicos imanentes ao capital (BIZERRA & GOIS, 2013; p. 81). [grifo nosso]

O Estado tem (ou estabelece) as bases necessárias, a partir da estrutura política, para a reprodução das ações capitalistas, configurando o espaço, organizando as ações dos demais agentes produtores, para assim garantir a sua reprodução. Diferentemente do modo como insinuam e disseminam os defensores do neoliberalismo e seguidores da Cartilha de Washington, essa relação é recorrente, acompanhando as cíclicas crises do capitalismo, nas quais também o capital se metamorfoseia e se reinventa, adequando-se aos processos sociais, às necessidades múltiplas, inclusive do trabalhador, para o qual são feitas as concessões, assegurando-lhe as condições mínimas para se reproduzir.

Ainda sobre a relação estado e capital Harvey (2011) expõe:

Apenas agora em que o Estado entra em cena para socorrer os financistas ficou claro para todos que Estado e capital estão mais ligados um ao outro do que nunca, tanto institucional quanto pessoalmente. Vê-se agora claramente a classe dominante, mais do que a classe política que age como sua subordinada, dominando (HARVEY, 2011; p. 178).

Na prática as estratégias são diversas, operando a homogeneização e padronização dos espaços e das relações, realizando os “ajustes espaciais” considerados necessários a fim de tornar mais rápido os deslocamentos, para estreitar as relações entre os lugares e agilizar o fluxo do capital no espaço urbano regional (HARVEY, 2011).

Ao refletir sobre a produção do espaço na Amazônia brasileira é importante resgatar o papel do Estado na região, cujas ações ocorreram mais intensamente, em um contexto de nacionalismo, difundido por um governo de regime militar e que tinha o propósito de ocupar a região, ideologicamente como um vazio demográfico, um território a ser ocupado para garantir a soberania sobre a região. Deste modo, suas ações lançaram



as bases para a construção do próprio aparato estatal, e do apoio logístico necessário para as conexões e deslocamentos.

A produção do espaço na Amazônia, mais que uma ação do Estado, é também a construção do Estado na região. Este aspecto torna a Amazônia vital para a consolidação de um projeto de Estado baseado na unidade e na integração do território. Daí decorre o empenho na produção de um espaço não apenas do ponto de vista econômico, mas também social, cultural e ideológico. Esta ação do Estado se viabilizou por meio do financiamento às empresas e da criação de condições para que as mesmas se apropriassem de grandes extensões de terras, pela concessão de incentivos e isenção fiscais e pelo planejamento e construção de uma extensa rede de transporte, comunicação e telecomunicação (OLIVEIRA, 2000, p. 158).

Como se observa, a produção do espaço na Amazônia brasileira foi fortemente influenciada pelas ações do Estado, o qual, por meio das políticas territoriais e sob o discurso de promover o desenvolvimento da região e manter o controle sobre a mesma (COSTA, 1988), incentivou e financiou a instalação de empresas e empreendimentos diversos, disponibilizou meios para a exploração dos recursos naturais existentes. Por se tratar de Amazônia, região periférica em nível mundial e nacional brasileiro, isto é, considerando a produção econômica e o volume populacional, poder-se-ia encontrar uma situação diferente, no entanto, não é bem assim.

Parece-nos evidente que ao longo do tempo, considerando as mudanças na perspectiva da relação sociedade e natureza, aparentemente mudou (preservação dos recursos), todavia isso é de fato apenas aparente, porque em essência, a lógica é a mesma ou até pior, uma vez que os recursos se tornam cada mais escassos e as consequências rumam para uma nível irreparável. As políticas territoriais [públicas] que incentivaram a instalação de estabelecimentos industriais no Amazonas, isto é, especificamente em Manaus, promoveram o crescimento do comércio, dos fluxos migratórios regionais e internacionais e, assim, intensificaram a urbanização. Este processo, realizado de maneira acelerada e alimentado pelas migrações internas, caracteriza-se ainda pela degradação ambiental, precariedade dos serviços urbanos ou mesmo ausência de infraestruturas que garantiriam melhores condições de vida aos moradores. Nesse sentido, a urbanização promovida, não difere muito do restante do Brasil, quando se observa a periferia dos grandes centros urbanos.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Políticas territoriais indutoras da metropolização do espaço

O aumento da demanda por serviços públicos e privados, a necessária instalação das redes e infraestruturas são efeitos diretamente relacionados ao crescimento econômico e urbano de uma cidade, por isso o capital encontra terreno propício e fértil para sua reprodução, quando o Estado realiza as adequações, como a duplicação da rodovia, que valorizar os terrenos e viabiliza a incorporação de lotes de terras ao *mercado imobiliário* urbano, fato este observado nas áreas de expansão dos grandes centros urbanos e metropolitanos.

O mercado imobiliário é realizado de modo oficial, ou seja, com terras legalmente destinadas à comercialização e negociadas, por vezes, com intermediação do sistema de créditos e financiamentos. Também há a comercialização de lotes de terras, realizada da maneira popular, sem controle de registros nos órgãos competentes, fazendo emergir também o problema fundiário.

RMM: IRANDUBA – MERCADO IMOBILIÁRIO NA AM-070



Fonte: BRAGA e LIMA 2016. Acervo do Npur, 2016.



A urbanização acelerada, fruto também do crescimento econômico e populacional, é caracterizada pela ausência ou precariedade da infraestrutura e realizada por meio das lutas sociais, encampadas por grupos de sujeitos que lutam por melhores condições de vida no espaço urbano e contribuem para a produção do espaço urbano e metropolitano, especialmente nas periferias. As áreas popularmente conhecidas como *invasões* reúnem moradias, desprovidas de serviços e equipamentos urbanos, manifestando assim paisagens contrastantes entre centro e periferia. Tais condições são reproduzidas no espaço metropolitano, isto é, não apenas em Manaus, mas também nos demais recortes espaciais da RMM que experimentam o processo de metropolização do espaço.

A participação e influência do capital nas dinâmicas espaciais, fruto das ações dos sujeitos que operam na formação da região são decisivas no processo de metropolização em desenvolvimento [na Amazônia brasileira], afinal a cidade e a metrópole são os espaços ideais para a reprodução capitalista. Observa-se uma lógica homogeneizadora que busca padronizar os espaços, as relações, realizadas sob égide do capitalismo e suas contradições.

Como se portam Estado e demais agentes produtores? Há mudanças no papel ou nas estratégias adotadas? Podemos afirmar que o capital se torna cada vez mais relevante no processo e, devido a sua capacidade de se metamorfosear, de se adaptar, sua relação com os sujeitos se intensifica, tornando-o elemento primordial para o acontecer da cidade e da metrópole.

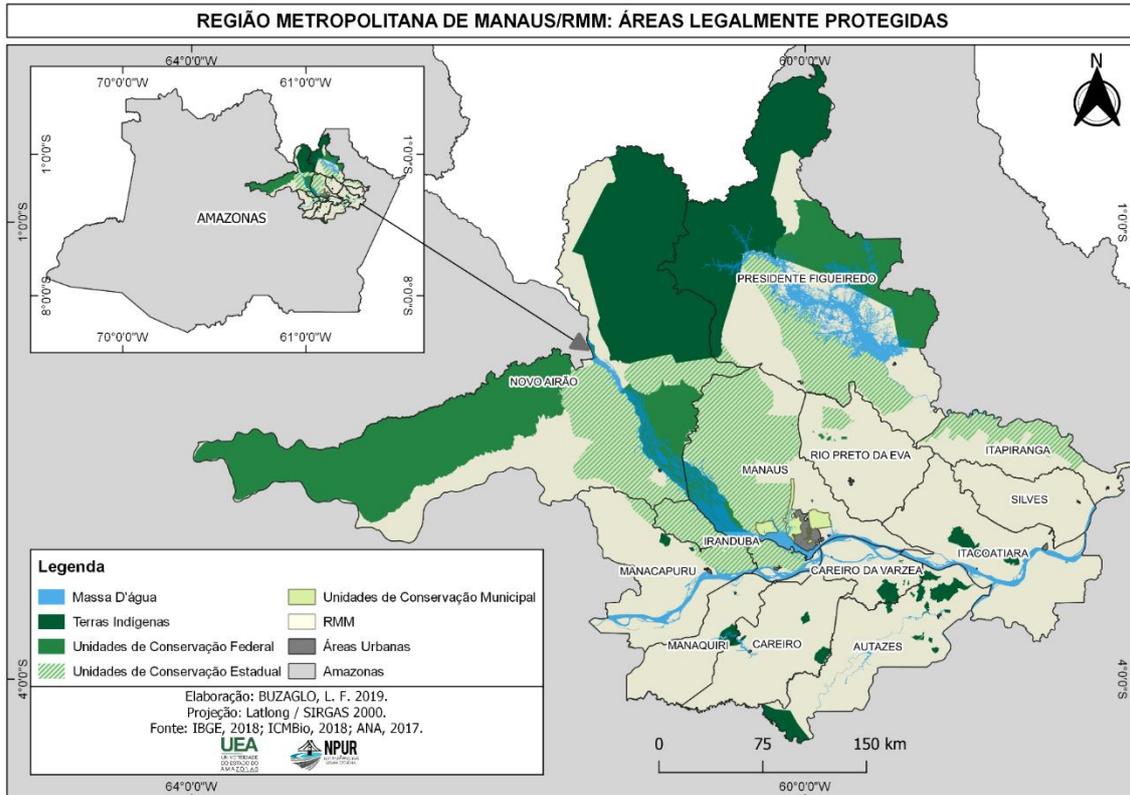
Os proprietários fundiários, especialmente os detentores de grandes faixas de terra, costumam se associar aos promotores imobiliários e aos agentes financeiros, para operacionalizar a compra/venda de lotes, contribuindo ainda mais para a valorização dos terrenos e, conseqüentemente expulsão e expropriação dos pobres. Estes, por sua vez, que constituem os grupos sociais excluídos, vão se inserir nessa lógica da produção do espaço urbano, da maneira como podem, nos limites impostos (CORRÊA, 1989).

Quanto ao entendimento de que a urbanização e metropolização atuais produzidas na Amazônia brasileira, mas não exclusivamente nesta região, acontecem de modo diferenciado, em relação à metropolização clássica dos anos 1970, isto é fato e ocorre por diversas razões, por exemplo, devido ao contexto temporal e espacial e, ao próprio avanço das relações econômicas verticais e distantes, viabilizadas pelas condições técnicas (SANTOS, 2008), pela modernização tecnológica, que possibilitaram a globalização,



como elemento diferenciador da metropolização contemporânea, contudo, certas semelhanças são mantidas, inclusive o papel do Estado como agente indutor do processo. É também característico, na produção do espaço metropolitano, a reprodução das desigualdades no espaço urbano e regional que se manifesta com a distribuição dos equipamentos de uso coletivo, com a distribuição das atividades de comércio e serviços, conformando espaços conectados e isolados, luminosos e opacos, seguindo a mesma lógica.

No contexto urbano-regional Manaus se destaca com características metropolitanas, enquanto o seu entorno metropolitano não é metropolizado (LIMA, 2014), expressando um território fragmentado, não coeso, disperso do ponto de vista político – sem gestão metropolitana comum – e do ponto de vista físico – aponta-se a distância geográfica com baixa intensidade de fluxos. As dimensões superlativas e seus aspectos naturais substancialmente destacados como as florestas e os rios tornam a RMM única, no Brasil e no mundo e, também, contribuem nestas condições apontadas (TRINDADE JR., 2000).





O ecossistema existente, que deve ser protegido e preservado, dependerá das políticas públicas associadas ao território e, do papel e contribuições dos diferentes agentes produtores do espaço. Portanto, estas são variáveis que merecem a atenção constante.

Partindo de leitura do mapa, no qual se ilustra as terras legalmente protegidas – unidades de conservação e as terras dos povos indígenas, é possível conjecturar e compreender a forma metropolitana observada e o tipo é a urbanização-metropolização que se configura na RMM.

Compreende-se que, no recorte espacial em análise, simultaneamente se desenvolvem os processos de metropolização e urbanização, pois ao mesmo tempo, em algumas áreas há uma novidade quanto aos aspectos da vida urbana, sobretudo, ao que tange atividades de comércio e serviços, mas também redundam em reestruturações socioespaciais produtoras de nova racionalidade ao espaço urbano-regional, as quais se amoldam aos aspectos da vida metropolitana.

Desse modo, tem-se uma urbanização extensiva que, de acordo com Monte-Mór (1999) não se conforma a grandes manchas urbanas, mas a lógicas de produção de pontos do território. Outras questões ainda podem ser suscitadas e apontadas, visto tratar-se de análise em construção e, no propósito de contribuir nas reflexões sobre esta região, em que o processo de metropolização se difunde.

Como fora indicado acima, as observações empíricas tiveram como recorte as cidades de Iranduba e Manacapuru, situadas na borda sul da RMM. Nestas cidades e, inclusive ao longo da estrada AM-070, eixo de expansão do metropolitano, as dinâmicas observadas não se restringem ao processo de urbanização do território e expansão da mancha urbana, pelo contrário, manifesta especialmente na reestruturação produtiva, no estilo de vida e lazer, nos tipos de comércios e serviços, nos fluxos e interações socioespaciais e no cotidiano.

Indicam-se as transformações tais como mudanças nos dias e horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de serviços - antes os serviços se restringiam até 21h horas; hoje esse horário foi ampliado para meia noite ou mais; na forma de pagamento - antes em dinheiro em espécie, hoje cartão de crédito e pix, graças a disponibilidade de rede de internet com fibra ótica, propiciam novos hábitos, novas relações. Salienta-se que isso é, sem dúvida, estratégico porque a instalação das redes (internet, por exemplo) e da infraestrutura que possibilitam as condições gerais de



produção e a emergência dos novos comércios e serviços, cooperam para a reestruturação produtiva do espaço e para a expressão territorial das dinâmicas metropolitanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que, mesmo incipiente, o processo de metropolização da RMM já demonstra transformações que, de fato, trazem uma racionalidade diferente ao espaço regional, seja pelos novos fluxos, seja pelas perspectivas dos mesmos. As intervenções do Estado, materializadas nos grandes empreendimentos ou nas iniciativas do setor privado, ampliando comércios e serviços, demonstram isso nos municípios de Iranduba e Manacapuru, por exemplo, o projeto de construção da Cidade Universitária (Universidade do Estado do Amazonas) se constituiu como um dos elementos representativos da metropolização, a essa proposta estão associadas diversos empreendimentos em quase todos os setores da economia e da produção em geral.

Vale ressaltar que face ao abandono, tanto da obra quanto do projeto, o espaço destinado à construção da Cidade Universitária reúne ainda, certo dinamismo pelo que ali se estabeleceu como meio, condição e produto da reprodução social, da dinâmica econômica, que se explicita principalmente pelos fluxos cotidianos, pelas relações diversas ali vivenciadas, trocas comerciais, o ir e vir, as moradias, dinâmicas materializadas no conjunto residencial construído ao lado, na estrada de acesso ao campus universitário proposto. O projeto da cidade universitária também foi capaz de estimular a valorização do espaço, contribuir para o fortalecimento do mercado imobiliário e acirrar as disputas pela terra, acirrando o latente problema fundiário, recorrente em diversas glebas no Amazonas.

Trata-se de uma metropolização regional, induzida e sob a forte relação capital e Estado; a metrópole (Manaus) com entorno não-metropolizado ou em processo de metropolização; uma RM com território fragmentado, não coeso, disperso do ponto de vista político e fisiográfico, pois não possui um órgão que faça a gestão, a administração comum; também não possui fortes ou densas articulações no sistema de transporte, seja pelas distâncias topográficas ou pela fragilidades nas relações topológicas.



REFERÊNCIAS

BIZERRA, Fernando de Araújo; GOIS, Juliana Carla da Silva. **Espaço Temático: Estado e Política Social na América Latina**. Rev. katálysis 17 (1) Jun 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Editora Ática S.A. Série Princípios, 1989.

COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1988.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. – São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. Uma Nova Determinação do Urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A. e LEMOS, A. I. G. (orgs.) **Dilemas Urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto. 2003.

LENCIONI, Sandra. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In. SILVA, C. A. da; FREIRE, D. G.; OLIVEIRA, F. J. G de. **Metrópole**: governo, sociedade e território. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In FERREIRA, A. RUA, J. MARAFON, G. SILVA, A. C. P. da (orgs.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

LIMA, Marcos Castro de. **Quando o amanhã vem ontem**: a institucionalização da Região Metropolitana de Manaus e a indução ao processo de metropolização do espaço na Amazônia Ocidental. Tese (Doutorado) - FFLCH/ USP-São Paulo, 2014.

MATTOS, Carlos A. Santiago de Chile, globalización y expansión metropolitana: lo que existia sigue existiendo. EURE. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**. Santiago, v. XXV, n. 76, 2000. p. 29-56. (versão on-line, site da revista).

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Outras fronteiras: novas especialidades na urbanização brasileira. In: MACHADO, L. O. **Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira**. Cadernos IPPUR, v. XIII, n.1, p. 109-138, jan./jul.1999.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SOUSA, Isaque dos Santos. **A Ponte Rio Negro e a reestruturação do espaço na região metropolitana de Manaus**: um olhar a partir de Iranduba e Manacapuru. Manaus: UEA Edições, 2015.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SPOSITO, Eliseu. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In **Redescobrimo o Brasil**. 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; FAPERJ, 2000. pp. 347-349.

SPOSITO, Eliseu. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRINDADE Jr. Saint-Clair Cordeiro. A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. In. **Revista Geografares**, Vitória, v. 1, n. 1, jun. 2000.